

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas do Banco Votorantim S.A. (Banco) relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

1. Ambiente Econômico e Setor Bancário

A exemplo da primeira metade do ano, o segundo semestre de 2013 (2S13) caracterizou-se pela volatilidade nos mercados internacionais, especialmente para os ativos financeiros de economias emergentes, como o Brasil. A incerteza de quando se daria o início da retirada de estímulos monetários pelo *Federal Reserve* (banco central norte-americano), o que efetivamente ocorreu em Dez.13, levou a novos ajustes nos portfólios globais, optando-se pela maior exposição em renda variável de países avançados em detrimento aos ativos de renda fixa e moedas de mercados emergentes.

Mesmo com o fluxo líquido de saída de recursos externos do país e a maior demanda por *hedge* cambial, a moeda nacional prosseguiu com a tendência de depreciação frente ao dólar, atingindo R\$ 2,45 em Ago.13, a maior cotação em quatro anos. Para conter a maior volatilidade no mercado cambial, o Banco Central do Brasil (Bacen) passou a ofertar *swaps* cambiais em leilões diários, e mesmo com vendas de derivativos cambiais de cerca de US\$ 70 bilhões, o Real encerrou o ano de 2013 com depreciação adicional de 5,7% no 2S13.

O cenário externo mais adverso deixou os mercados menos receptivos à política fiscal anticíclica adotada pelo governo com o intuito de estimular a atividade doméstica, de forma que a percepção de risco do mercado financeiro se elevou. Para contrabalançar, o Bacen elevou a Selic em 200bps no 2S13, para 10,00% a.a.. A inflação encerrou 2013 em 5,9%, ficando praticamente estável em relação ao anterior e dentro da meta traçada pelo Conselho Monetário Nacional. A dívida pública total inclusive cedeu de 58,9% do PIB para 57,2% entre 2012 e 2013.

Mesmo com o PIB tendo crescido abaixo das expectativas, o país teve um ano com trajetória positiva e de aceleração. As pessoas físicas preferiram seguir ordenando suas finanças ao invés de acelerar o consumo, o que resultou em um nível mais baixo de inadimplência, que recuou de 5,6% em Dez.12 para 4,4% em Dez.13. Especificamente com recursos livres passou de 8,0% para 6,7%, e a relacionada ao crédito para aquisição de veículos de 6,4% para 5,2%.

No ano que se inicia, o recente programa de concessões públicas constitui oportunidade para que o Brasil avance em novas obras de infraestrutura em diversas partes do país, ampliando as perspectivas de crescimento da economia.

2. Principais Informações - Posição consolidada

	2012	2013	Variação
RESULTADOS (R\$ Milhões)			
Margem financeira bruta (a)	4.766	5.042	5,8%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PDD (b)	(5.423)	(4.454)	-17,9%
Resultado bruto da intermediação financeira (a - b)	(657)	588	-189,4%
Receita de prestação de serviços ¹	1.035	1.030	-0,5%
Despesas administrativas e de pessoal	(2.550)	(2.493)	-2,2%
Resultado operacional	(3.101)	(1.186)	-61,7%
Lucro líquido (Prejuízo)	(1.988)	(512)	-74,2%

INDICADORES GERENCIAIS (%)

Retorno sobre Patrimônio Líquido Médio ² (ROAE)	(24,1)	(6,9)	17,3 p.p.
Retorno sobre Ativo Total Médio ³ (ROAA)	(1,7)	(0,4)	1,2 p.p.
Índice de Basileia	14,3	14,3	0,0 p.p.

BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ Milhões)

Total de ativos	121.762	105.490	-13,4%
Carteira de crédito classificada	56.739	54.889	-3,3%
Segmento Atacado	19.315	18.244	-5,5%
Segmento Varejo	37.424	36.645	-2,1%
Garantias prestadas	12.947	11.084	-14,4%
Recursos captados	98.819	79.117	-19,9%
Patrimônio Líquido	8.210	7.141	-13,0%
Patrimônio de Referência	12.111	11.218	-7,4%

INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA GERENCIADA (%)

Operações Vencidas há + 90 dias /Carteira de Crédito Classificada	7,0	5,2	-1,8 p.p.
Saldo de Provisão/Operações Vencidas há + 90 dias - Índice Cobertura	104	152	47,3 p.p.
Saldo de Provisão/Carteira de Crédito Classificada	7,3	7,9	0,6 p.p.

OUTRAS INFORMAÇÕES

Recursos geridos ⁴ (R\$ Milhões)	47.315	39.374	-16,8%
---	--------	--------	--------

- Inclui Rendas de Tarifas Bancárias.
- Quociente entre o lucro líquido do período e o Patrimônio Líquido médio do período. O Indicador está anualizado.
- Quociente entre o lucro líquido do período e os ativos totais médios do período. O indicador está anualizado.
- Inclui fundos *onshore* (critério ANBIMA) e recursos de clientes *private* (renda fixa, renda variável e fundos *offshore*).

3. Desempenho dos Negócios

As operações do Banco são conduzidas por meio de um conjunto de instituições controladas que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. Entre essas empresas controladas estão a BV Financeira, BV Leasing, Votorantim Asset Management (VAM) e Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Com acionistas fortes e comprometidos (Grupo Votorantim e Banco do Brasil - "BB"), o Banco é um dos maiores bancos privados brasileiros em ativos totais e também em carteira de crédito, e possui um portfólio diversificado de negócios de banco de atacado, financiamento ao consumo e gestão de patrimônio.

Os resultados de 2013 confirmam o avanço concreto no processo de reestruturação do Banco, que conta com total apoio dos acionistas e que permitirá a retomada do crescimento com rentabilidade e de forma sustentável. Os principais destaques dos resultados do exercício foram:

- Geração consistente de receitas. A Margem Financeira Bruta cresceu 5,8% em 2013/2012, totalizando R\$ 5,0 bilhões, impulsionada pela contínua melhora da qualidade dos ativos de crédito - principalmente nos financiamentos de veículos - e pelo foco em rentabilização do portfólio de negócios.
- Melhora da qualidade da carteira. Os financiamentos de veículos de melhor qualidade - safras originadas até Jun.10 e após Set.11 - já representam 73% da carteira gerenciada de veículos (53% em Dez.12), contribuindo para a redução dos indicadores de inadimplência. O Inad 90 consolidado da carteira classificada recuou para 5,2% em Dez.13, melhora de 1,8 p.p. em 12 meses. O Inad 90 do segmento Varejo reduziu para 6,9% em Dez.13, sexta redução trimestral consecutiva.
- Redução das despesas com provisões de crédito (PDD). As despesas consolidadas com PDD reduziram 17,9% no comparativo 2013/2012, totalizando R\$ 4.454 milhões. No segmento Varejo a redução alcançou 39,5% (R\$ 1,9 bilhão) no período.

- Aumento do RBIF. O Resultado Bruto da Intermediação Financeira cresceu R\$ 1.245 milhões em 2013/2012, totalizando R\$ 588 milhões, impulsionado tanto pelo aumento da Margem Financeira Bruta como pela redução das despesas com PDD. Importante notar que essa redução foi acompanhada do aumento do Índice de Cobertura das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, que alcançou 152% em Dez.13, ante 104% em Dez.12.
- Despesas sob controle. As despesas de pessoal e administrativas reduziram 2,2% em 2013/2012. Desconsiderando as despesas com processos trabalhistas, em grande parte relacionadas à reestruturação, essa redução foi de 6,9% em 2013, ante uma inflação de 5,91%.

Estes avanços foram acompanhados pelo maior foco na rentabilização do portfólio de negócios.

O segmento Atacado, composto pelo Corporate & Investment Banking (CIB) e BV Empresas, buscou explorar oportunidades ligadas a investimentos em infraestrutura e ao mercado de capitais, mantendo o foco em rentabilidade e prudência em provisões de crédito.

O CIB mantém-se como um dos líderes de mercado em crédito para empresas com faturamento anual acima de R\$ 600 milhões. A carteira de crédito ampliada (incluindo avais, fianças e TVM privado) do CIB encerrou Dez.13 com saldo de R\$ 27,5 bilhões, redução de 3,9% em relação a Dez.12.

O BV Empresas, que enfrentou um mercado de *middle market* desfavorável e com menor crescimento econômico, encerrou Dez.13 com carteira ampliada de R\$ 7,6 bilhões, redução de 17,9% em 12 meses, principalmente devido à postura mais conservadora do Banco e à estratégia de focar em clientes com faturamento anual entre R\$ 100 milhões e R\$ 600 milhões.

A Votorantim Wealth Management & Services (VWM&S), por sua vez, manteve seu foco em ser um dos melhores estruturadores e gestores de produtos de alto valor agregado. A VWM&S encerrou Dez.13 com R\$ 39,4 bilhões em recursos geridos, ocupando a 10ª posição no *ranking* de gestores da Anbima.

O segmento Varejo, conforme mencionado anteriormente, apresentou resultados melhores em 2013 em relação ao ano de 2012, e encerrou Dez.13 com carteira classificada de R\$ 36,6 bilhões.

A combinação entre o aumento da margem financeira bruta, diminuição nas despesas com PDD do segmento Varejo, e redução da base de despesas contribuiu para a melhora dos resultados consolidados. Em 2013, o resultado negativo reduziu para R\$-512 milhões, ante R\$-1.988 milhões no ano anterior. Vale destacar que o Banco voltou a registrar resultados positivos no 4T13 - lucro líquido de R\$ 121 milhões, confirmando o avanço na reestruturação iniciada no 4T11.

O resultado de 2013 ainda foi impactado por:

- Despesas com PDD ainda elevadas, devido à menor qualidade das safras de financiamentos de veículos originadas entre Jul.10 e Set.11 e à maior prudência em provisões de crédito, particularmente no segmento Atacado;
- Despesas pontuais ligadas ao processo de reestruturação em curso; e
- Despesas decorrentes da liquidação antecipada de carteiras cedidas com coobrigação até Dez.11 (antes da Resolução 3.533), o que já haviam tido as receitas reconhecidas integralmente no ato da cessão.

Nesse contexto de resultados, o Banco manteve a prudência em relação à liquidez, *funding*, provisões e capital.

Desde o início do processo de ajuste, em Set.11, a carteira de crédito classificada reduziu-se em 14% (Set.11: R\$ 64,0 bilhões, Dez.13: R\$ 54,9 bilhões), diminuindo a necessidade de captações. Diante disso, o Banco tem atuado na melhora do perfil dos recursos captados. Nos últimos 12 meses, o Banco ampliou a participação de instrumentos com prazos de vencimento mais longos, como Letras Financeiras (LFs) e cêssões de créditos com coobrigação, bem como reduziu em 55% o volume de depósitos a prazo (CDBs). Esse movimento de substituição de instrumentos de captação, particularmente de redução de CDBs em prol de LFs, tem sido observado no sistema bancário como um todo.

Em relação ao capital, o índice de Basileia encerrou Dez.13 estável em 14,3% (14,3% em Dez.12) e os acionistas - Banco do Brasil e Votorantim Finanças - permanecem comprometidos com a manutenção da capitalização do Banco em níveis adequados, conforme previsto no Acordo de Acionistas.

Nos próximos trimestres o Banco deve concluir o processo de reestruturação e consolidar a estratégia de crescimento, que possui três elementos-chave: (i) rentabilização dos negócios atuais, (ii) aumento da eficiência operacional e (iii) aprofundamento das sinergias com o Banco do Brasil.

Nesse contexto, a despeito dos impactos do passado que ainda persistem, o Banco deve gerar resultados positivos em 2014.

O Banco Votorantim, atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Bacen, declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" no montante de R\$ 5,2 bilhões, representando 16,56% do total de títulos e valores mobiliários.

Para informações adicionais sobre o desempenho econômico-financeiro consolidado do Banco, veja o "Relatório Gerencial de Resultados 4T13" no site de Relações com Investidores (www.bancovotorantim.com.br/ri).

4. Agências de Rating

O Banco possui grau de investimento pelas três principais agências internacionais de *rating*, em reconhecimento à sua capacidade de honrar compromissos.

AGÊNCIAS DE RATING	Nacional		Internacional	
	Rating	Notas	Rating	Notas
Fitch Ratings	IDR Moeda Estrangeira (LP/CP)	-	BBB-/F3	-
	IDR Moeda Local (LP/CP)	-	BBB-/F3	-
	Escala Nacional (LP/CP)	AA+(bra)/F1+(bra)	-	-
Moody's	Senior Unsecured MTN - ME (LP/CP)	-	Baa2/P-2	-
	Depósitos - Moeda Estrangeira (LP/CP)	-	Baa2/P-2	-
Standard & Poor's	Depósitos - Moeda Local (LP/CP)	Aaa.br/BR-1	Baa2/P-2	-
	Moeda Estrangeira (LP/CP)	-	BBB-/A-3	-
Standard & Poor's	Moeda Local (LP/CP)	-	BBB-/A-3	-
	Escala Nacional (LP/CP)	brAAA/brA-1	-	-

Nota: LP = Longo Prazo; CP = Curto Prazo

5. Prêmios e Reconhecimentos

Seguem os principais prêmios e reconhecimentos recebidos pelo Banco e suas controladas em 2013:

- "Top Gestão - Renda Fixa" (Standard & Poor's/Revista Valor Investe):** em Jun.13, em reconhecimento à sua excelência e consistência no desempenho, a VAM recebeu o prêmio Top Gestão 2013 - Renda Fixa, na categoria Maiores Assets, entregue aos melhores gestores da indústria brasileira de fundos de investimento com base em análise da Standard & Poor's.
- "The World's Top Forecasters" (ranking da revista Bloomberg Markets):** os economistas-chefe da VWM&S e do Banco figuraram entre os cinco economistas que mais acertaram projeções ao longo dos últimos dois anos.
- "150 Melhores Empresas em Práticas de Gestão de Pessoas" (Gestão RH):** em Set.13, reconhecendo as boas práticas em programas de gestão de pessoas que abrangem liderança, diversidade, desenvolvimento pessoal, qualidade de vida e comunicação.

6. Governança Corporativa

O atual modelo de governança corporativa está em contínuo aperfeiçoamento para alcançar mais robustez e transparência, assegurando agilidade nos processos decisórios - forte característica do Banco.

A governança do Banco é compartilhada entre os acionistas Grupo Votorantim e o Banco do Brasil, com participação paritária de ambos no Conselho de Administração (CA) e seus Comitês de Assessoramento (Finanças e Produtos e Marketing), além dos três Órgãos Estatutários:

- Conselho Fiscal, órgão independente que tem a função de fiscalizar os atos de gestão administrativa;
- Comitê de Auditoria, órgão que tem entre suas atribuições avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente, além de revisar e se manifestar quanto à qualidade das demonstrações contábeis; e
- Comitê de Remuneração e Recursos Humanos, órgão que acompanha questões relacionadas à Política de Remuneração de Administradores e práticas de RH.

Além disso, a gestão administrativa do Banco é conduzida pelo Comitê Executivo e seus Comitês Operacionais, envolvendo as lideranças executivas do Banco.

Gestão de Pessoas

Os profissionais são orientados e motivados por uma gestão comprometida com a sustentabilidade do negócio. A liderança exerce papel fundamental na disseminação das estratégias e práticas de gestão de pessoas, contribuindo para o engajamento e performance dos colaboradores.

A área de Recursos Humanos (RH) atua como parceira estratégica no desenvolvimento de ações que suportam o crescimento do negócio, além de proporcionar o desdobramento das diretrizes institucionais a todos os colaboradores, promovendo ações voltadas à gestão do capital humano e à manutenção dos valores e cultura organizacional.

As principais frentes de atuação da área de RH contemplam as iniciativas a seguir:

Captação e Retenção de Talentos: o intuito é valorizar o capital humano, trazendo profissionais com diferenciais competitivos alinhados aos valores e cultura organizacional. Também são atribuídos da área proporcionar oportunidades de desenvolvimento profissional por meio de recrutamento interno, bem como investir na contratação de jovens talentos e na diversidade.

Gestão de Desempenho: o modelo de gestão de desempenho apoia a execução da estratégia organizacional por meio do planejamento e definição de indicadores com apuração direcionada e sistematizada. A contratação de metas anual teve início com a divulgação clara e transparente das diretrizes institucionais, de forma a direcionar responsabilidades e desenvolvimento dos profissionais, definindo metas para 100% dos colaboradores, contribuindo desta forma para o alcance dos resultados.

Remuneração: as práticas de remuneração estão alinhadas aos objetivos e estratégias do negócio e estímulo para o alto desempenho, assegurando desta forma a equidade interna e competitividade externa. A remuneração total é composta por remuneração fixa, incentivos de curto prazo e incentivos de longo prazo. Para os incentivos de curto e longo prazos, são considerados os indicadores de resultados da empresa e das áreas e o desempenho individual do colaborador. O modelo tem como finalidade alinhar os interesses dos acionistas e dos profissionais, estimulando a busca de resultado e cultura de alto desempenho.

Gestão de Talentos: o intuito é investir no desenvolvimento, carreira e retenção de talentos através do mapeamento do perfil e performance individual dos executivos, possibilitando ações diferenciadas que apoiem a sustentabilidade do plano de sucessão para as posições-chave da organização. Os profissionais em posição de gestão são elegíveis ao "Programa Coaching", com o propósito de potencializar seu desempenho por meio de sessões individuais, permitindo ao gestor ampliar o escopo de atuação e alinhamento às exigências de alto desempenho.

Educação Corporativa

O Banco investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, em um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

No ano de 2013 foram 42.702 horas de capacitação e 36.184 participações, sendo 4.638 presencias e 31.546 em cursos à distância, com o total de 166 temas.

As soluções são oferecidas através das Escolas de Negócios, divididas em quatro pilares:

- Escola BV:** dissemina a cultura, valores da empresa e desenvolve as competências essenciais para o aumento do desempenho individual e da excelência organizacional, tendo como foco ações institucionais.
- Banking School:** promove ações de desenvolvimento técnico e específico alinhadas às práticas e *expertises* de cada área de negócio.
- Escola Mercado, Estratégia e Clientes:** apoia o desenvolvimento comportamental e a capacidade de visão estratégica, criando um ambiente de aprendizagem específica para ações relacionadas à gestão de clientes e mercados.
- Escola Liderança, Pessoas e Resultados:** desenvolve a excelência na gestão de pessoas e dos negócios, qualificando os líderes para um ambiente altamente competitivo.

Gestão de Clima e Cultura

Com a preocupação genuína de monitorar e manter um ambiente de trabalho agradável, o Banco disponibiliza a todos os colaboradores os canais de comunicação "RH com Você" (Ouvvidoria interna) e "Central RH" (Consultoria de processos e atendimento de RH).

Para assegurar que o clima esteja em consonância com a cultura, os valores e as diretrizes estratégicas da organização, a Consultoria Interna também atua de forma estratégica na gestão e monitoramento do clima.

8. Sustentabilidade

O conceito de Sustentabilidade está intrinsecamente ligado às práticas de negócios da instituição e ao cotidiano de suas operações. O Banco tem o compromisso de estabelecer relações éticas, transparentes e perenes em todas as suas áreas de atuação, considerando os aspectos econômicos, sociais, ambientais e humanos em seus processos.

Para garantir a inserção da Sustentabilidade em toda a organização foi constituído, em 2011, o Comitê de Sustentabilidade, Imagem e Comunicação, com a participação de executivos das principais áreas de negócios e diretoria do Banco. Para atingir as metas estabelecidas pelo Comitê, a atuação da área de Sustentabilidade está pautada em três principais focos: Sustentabilidade nos Negócios, Consumo Consciente e Investimento Social.

Sustentabilidade nos Negócios

A sustentabilidade e a sua incorporação à estratégia de negócios é um movimento mundial que está se tornando cada vez mais relevante no mercado brasileiro. Com relação à inclusão da Sustentabilidade nos Negócios, foram priorizadas algumas ações, das quais se destacam:

- Implementação de ferramenta para a análise de risco socioambiental para concessão de crédito;
- Implementação do PRI - *Principles for Responsible Investment* nos negócios da VAM e Votorantim Corretora;
- Alinhamento dos negócios às diretrizes estabelecidas pelo Protocolo Verde, do qual o Banco é signatário desde 2009;
- Ações internas visando disponibilizar aos colaboradores acesso às informações e conceitos de Sustentabilidade e de Educação Financeira por meio de *e-learning* específico.

Consumo Consciente

Visando ampliar a adesão dos colaboradores e adaptar as atividades da empresa aos princípios estabelecidos pelo Protocolo Verde, ações relacionadas ao consumo consciente são permanentemente promovidas na organização, além da disseminação de conceitos e orientações a respeito do Protocolo, do qual o Banco é signatário desde 2009.

Investimento Social

De acordo com sua Política de Investimento Social, o Banco destina recursos incentivados para projetos culturais, esportivos e sociais desenvolvidos por reconhecidas instituições do terceiro setor, priorizando projetos com cunho de democratização do acesso à cultura, esportes e atendimento de demandas de crianças e adolescentes. Ao longo de 2013 foram apoiados 15 projetos culturais, esportivos e sociais.

Na área cultural, foram destinados recursos para projetos que contemplam a difusão cultural e a democratização do acesso, valorizando as manifestações populares e a extensão do impacto social do projeto.

Na área social, foram destinados recursos para Fundos Municipais da Criança e do Adolescente em municípios onde o Banco atua e que apresentem demandas na área da infância e adolescência alinhadas às diretrizes do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

A área de Responsabilidade Social monitora e acompanha o desenvolvimento dos projetos apoiados, visando garantir o melhor aproveitamento dos recursos destinados.

9. Agradecimentos

A Administração do Banco Votorantim agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2014

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	Banco		Consolidado		Passivo Circulante	Banco		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012		2013	2012	2013	2012
Ativo Circulante	77.184.499	97.628.553	54.105.363	64.234.017					
Disponibilidades	(Nota 5) 52.155	30.535	206.299	155.070					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 6a) 35.768.778	47.430.899	11.622.995	16.562.582					
Aplicações no mercado aberto	8.257.423	14.372.959	9.671.636	14.372.959					
Aplicações em depósitos interfinanceiros	27.384.655	32.636.980	1.811.086	1.755.858					
Aplicações em moeda estrangeira	126.700	420.960	140.273	433.765					
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	32.919.933	35.720.526	14.814.611	14.095.649					
Carteira própria	12.254.631	8.307.547	7.501.692	6.946.726					
Vinculados a compromissos de recompra	(Nota 7b) 18.825.082	24.092.124	5.630.861	4.191.533					
Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 7a) 547.219	1.076.480	367.642	667.120					
Vinculados à prestação de garantias	(Nota 7b) 1.293.001	2.244.375	3.314.416	2.290.270					
Relações interfinanceiras	(Nota 9) 237.954	1.309.766	237.954	1.309.766					
Créditos vinculados									
Depósitos no Banco Central	127.775	1.177.120	127.775	1.177.120					
Repasses interfinanceiros	109.419	98.733	109.419	98.733					
Correspondentes	760	33.913	760	33.913					
Relações interdependências	</								

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E SEMESTRE FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de Reais, exceto o Prejuízo do período por lote de mil ações)

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre 2013	2º Semestre 2012	2º Semestre 2013	2º Semestre 2012	2º Semestre 2013	2º Semestre 2012
Receitas da intermediação financeira	4.078.380	8.042.935	10.417.869	14.235.225	13.895.240	13.895.240
Operações de crédito (Nota 10)	955.488	2.008.796	2.332.103	8.642.233	9.180.757	9.180.757
Resultado de operações de arrendamento mercantil (Nota 10k)	-	-	-	248.499	381.614	381.614
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 7c)	3.909.644	7.229.928	9.121.917	3.843.686	4.939.559	4.939.559
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 8o)	(927.552)	(1.509.454)	(1.429.675)	(613.162)	(1.108.434)	(1.108.434)
Resultado de operações de câmbio (Nota 11b)	137.839	291.297	142.463	291.307	142.439	142.439
Resultado das aplicações compulsórias	2.557	21.959	251.061	21.959	251.061	251.061
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros	(4.829.385)	(8.904.334)	(9.542.498)	(13.647.392)	(14.552.574)	(14.552.574)
Despesas da intermediação financeira	(3.488.123)	(6.682.472)	(8.174.975)	(6.857.194)	(8.252.099)	(8.252.099)
Operações de captação no mercado (Nota 20c)	(278.849)	(710.108)	(806.472)	(711.024)	(807.774)	(807.774)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 22e)	-	-	-	(1.624.881)	(69.786)	(69.786)
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros (Nota 10e)	(1.562.413)	(1.511.754)	(561.051)	(1.042.293)	(5.422.915)	(5.422.915)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 10f)	(751.005)	(861.999)	875.371	587.833	(657.334)	(657.334)
Resultado bruto da intermediação financeira	275.476	(245.964)	(2.673.147)	(1.774.274)	(2.443.746)	(2.443.746)
Receitas de prestação de serviços (Nota 28)	143.092	285.137	307.470	501.840	513.402	513.402
Rendidas de tarifas bancárias (Nota 29)	1.217	2.470	2.961	528.296	521.802	521.802
Despesas de pessoal (Nota 30)	(214.187)	(402.963)	(357.770)	(1.011.423)	(978.136)	(978.136)
Outras despesas administrativas (Nota 31)	(150.707)	(276.046)	(260.068)	(1.481.746)	(1.571.545)	(1.571.545)
Despesas tributárias (Nota 24)	(93.591)	(39.355)	(132.784)	(509.843)	(477.518)	(477.518)
Resultado de participações em controladas	958.304	2.380	(2.362.112)	109.104	70.381	70.381
Outras receitas operacionais (Nota 32)	250.634	322.498	174.668	592.750	251.378	251.378
Outras despesas operacionais (Nota 33)	(70.286)	(86.085)	(45.512)	(503.252)	(773.510)	(773.510)
Resultado operacional	(475.529)	(1.107.363)	(1.797.776)	(1.186.441)	(3.101.080)	(3.101.080)
Resultado não operacional	(9.242)	(12.781)	1.052	(36.605)	(139.489)	(139.489)
Receitas não operacionais	12	4.998	2.529	(7.159)	9.518	9.518
Despesas não operacionais	(9.254)	(17.779)	(1.477)	(29.446)	(149.007)	(149.007)
Resultado antes da tributação sobre o Lucro e participações	(484.771)	(1.120.144)	(1.796.724)	(1.223.046)	(3.240.569)	(3.240.569)
Imposto de Renda e Contribuição Social	538.506	721.897	5.410	956.189	1.615.635	1.615.635
Provisão para Imposto de Renda	63.147	63.209	(272.434)	74.570	(626.171)	(626.171)
Provisão para Contribuição Social	33.722	34.346	(155.078)	110.385	(269.298)	(269.298)
Ativo fiscal diferido	441.637	624.342	432.922	771.234	2.611.104	2.611.104
Participações nos Lucros e Resultados	(91.660)	(113.829)	(196.459)	(245.219)	(362.839)	(362.839)
Prejuízo antes da participação de acionistas não controladores	(37.925)	(512.076)	(1.987.773)	(512.076)	(1.987.773)	(1.987.773)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do período	(37.925)	(512.076)	(1.987.773)	(512.076)	(1.987.773)	(1.987.773)
Prejuízo por lote de mil ações - R\$	(0,36)	(4,86)	(19,12)	-	-	-
Quantidade de ações (lote de mil)	105.391.473	105.391.473	103.949.377	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E SEMESTRE FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de valor patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Legal Expansão			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.026.841	1.000.000	585.104	421.612	(2.083.208)	(75.346)	(217.435)
Reversões de reservas	-	-	-	(122.000)	(2.083.208)	-	2.205.208
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 27c)	-	-	-	-	-	374.225	374.225
Aumento de Capital (Nota 27a)	3.000.000	(1.000.000)	-	-	-	-	2.000.000
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(1.987.773)	(1.987.773)
Mutações do período	3.000.000	(1.000.000)	-	(122.000)	(2.083.208)	374.225	217.435
Saldos em 31 de dezembro de 2012	7.026.841	-	585.104	299.612	-	-	8.210.436
Outros eventos	-	-	-	-	-	(520)	(520)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 27c)	-	-	-	-	-	(656.078)	(656.078)
Aumento de Capital (Nota 27a)	-	98.920	-	-	-	-	98.920
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(512.076)	(512.076)
Absorção do Prejuízo	-	-	(212.984)	(299.612)	-	-	512.596
Mutações do período	-	98.920	(212.984)	(299.612)	-	(656.078)	(1.069.754)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.026.841	98.920	372.120	-	-	(357.199)	7.140.682
Saldos iniciais em 30 de junho de 2013	7.026.841	-	585.104	299.612	-	(307.021)	(474.151)
Outros eventos	-	-	-	-	-	(520)	(520)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 27c)	-	-	-	-	-	(50.178)	(50.178)
Aumento de Capital (Nota 27a)	-	98.920	-	-	-	-	98.920
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(37.925)	(37.925)
Absorção do Prejuízo	-	-	(212.984)	(299.612)	-	-	512.596
Mutações do período	-	98.920	(212.984)	(299.612)	-	(50.178)	474.151
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.026.841	98.920	372.120	-	-	(357.199)	7.140.682

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
O Banco Votorantim S.A. é uma Companhia de Capital fechado que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comercial, de investimento e de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas, a Companhia atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente em atividades de operações, simplifica a administração, justifica procedimentos contábeis e financeiros; minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados. Como decorrência natural, a BV Participações teve sua personalidade jurídica extinta e o Banco Votorantim passou à condição de sucessor, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A incorporação implicou em um aumento do Capital Social do Banco, no mesmo montante do Patrimônio Líquido incorporado, mediante a emissão de 1.442.096.204 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e dois milhões, noventa e seis mil, duzentas e quatro) novas ações, sendo 1.179.896.894 (um bilhão, cento e setenta e nove milhões, oitocentos e noventa e seis mil, oitocentos e noventa e quatro) ações ordinárias e 262.199.310 (duzentos e sessenta e dois milhões, cento e noventa e nove mil, trezentas e dez) ações preferenciais, todas sem valor nominal, atribuídas à Votorantim Financeira e Banco do Brasil, únicos acionistas da BV Participações, na proporção que cada um detém no Capital Social do Banco Votorantim, em substituição das ações da BV Participações que serão extintas. Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais da BV Participações incorporados pelo Banco Votorantim:

- Ativos: 99.090
- Passivos: 170
- Patrimônio Líquido: 98.920

Em 31 de julho de 2013, os administradores do Banco Votorantim aprovaram a incorporação da CP Promotora ao patrimônio da BV Financeira nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 30 de junho de 2013, data-base da operação, no montante de R\$ 98.920, acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. A incorporação justifica-se uma vez que representa um aprimoramento da respectiva estrutura societária, acarreta uma racionalização das operações, simplifica a administração, justifica procedimentos contábeis e financeiros; minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados. Como decorrência natural, a CP Promotora teve sua personalidade jurídica extinta e a BV Financeira passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A incorporação implicou em aumento do Capital Social da BV Financeira, no mesmo montante do Patrimônio Líquido incorporado, mediante a emissão de 80.601 (oitenta e seis mil e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a serem atribuídas à BV Financeira, única acionista da CP Promotora, em substituição das ações da CP Promotora que serão extintas. Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais da CP Promotora incorporados pela BV Financeira:

- Ativos: 220.916
- Passivos: 155.870
- Patrimônio Líquido: 65.046

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/2007, complementada pela Lei nº 11.941/2009, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do CMN. As alterações aprovadas pelo CMN foram:

- Os procedimentos observados no Pronunciamento Estrutural conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), naquilo que não conflitar com normas emitidas pelo CMN ou pelo Banco Central do Brasil - CPC-00 (R1);
- Os procedimentos de mensuração do valor recuperável de ativos - CPC-01 (R1);
- A elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa em substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - CPC-03 (R2);
- A divulgação em Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis de informações sobre partes relacionadas - CPC-05 (R1);
- Pagamento baseado em ações - CPC-10 (R1);
- Definição de critérios para a seleção, alteração e divulgação de políticas contábeis, para as alterações nas estimativas contábeis e para as retificações de erros - CPC-23;
- Eventos subsequentes - CPC-24; e
- Os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, passivos e ativos contingentes - CPC-25.

Foi aplicado ainda o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Banco Central do Brasil, conforme determina regulamentação vigente:

- Demonstração do Valor Adicionado - CPC-09.

A aplicação destes, e demais normativos que dependem de regulamentação do BACEN reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, não gerando impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis consolidadas compreendem o Banco Votorantim e as controladas diretas, no País e no exterior, a seguir relacionadas:

	Percentual de participação	
	31/12/2013	31/12/2012
Controladas diretas no País		
Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99,99%	99,99%
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda.	99,99%	99,99%
BV Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	100%	100%
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	100%	100%
Controladas diretas no exterior		
Votorantim Bank Limited	99,99%	99,99%
Banco Votorantim Securities Inc.	100%	100%
Banco Votorantim Securities (UK) Limited	100%	100%

As participações em Sociedades Anônimas demonstradas no quadro acima são compostas somente por ações ordinárias. As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com as normas de consolidação e instruções do CMN, aplicáveis ao Conglomerado Financeiro. Os principais procedimentos adotados no processo de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos, passivos, receitas e despesas entre controladora e controladas;
- Eliminação das participações no Capital, Reservas e Lucros acumulados das empresas controladas;
- Apresentação das operações de arrendamento mercantil pelo método financeiro, reclassificando o imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, reduzido do valor residual recebido antecipadamente, o ajuste da marcação a mercado da carteira de arrendamento mercantil, bem como os respectivos efeitos no resultado;
- Os saldos contábeis das controladas diretas no exterior, que são preparados de acordo com as normas internacionais de contabilidade, foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação do Dólar americano na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 4;
- A variação cambial das operações da agência e das empresas controladas no exterior foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem; e
- O processo não inclui a consolidação dos fundos de investimentos exclusivos e dos fundos de investimentos em direitos creditórios, de acordo com as normas de consolidação estabelecidas pelo CMN.

a. Reclassificações

- O Conglomerado deixou de registrar os valores dos créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias pelo valor líquido de suas obrigações fiscais diferidas. Foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2012 no Balanço Patrimonial no montante de R\$ 724.772 (Consolidado) e R\$ 116.420 (Banco Votorantim), visando permitir a comparabilidade das Demonstrações Contábeis;
- O Conglomerado efetuou a reclassificação de ajustes a mercado de operações de crédito e arrendamento mercantil de "Outros créditos - Diversos" para "Operações de crédito" e "Operações de arrendamento mercantil", em atendimento à Carta-Circular 3.624/2013. Os saldos de 31 de dezembro de 2012 no Balanço Patrimonial foram reclassificados visando permitir a comparabilidade das Demonstrações Contábeis.

	Banco		
	Divulgação anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Operações de crédito	18.437.491	96.056	18.533.547
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito)	(854.543)	4.589	(849.954)
Outros créditos - Diversos	1.554.106	16.215	1.570.321
Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias - Provisões para impostos e contribuições diferidos	-	116.860	116.860
Consolidado	18.586.954	127.410	18.714.364
Operações de crédito	54.096.287	1.453.892	55.550.179
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito)	(4.153.969)	4.588	(4.149.381)
Outros créditos - Diversos	8.087.461	7.353.708	15.441.169
Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias - Provisões para impostos e contribuições diferidos	543.701	724.772	1.268.473
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2014.			

3. Gerenciamento de riscos e Capital
A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada. A consolidação dos riscos abrange todas as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupadas nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados nas atividades diárias do Conglomerado, através de um processo organizado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos. O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados. Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 E SEMESTRE FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013
(Em milhares de Reais)

	Banco			Consolidado		
	2º Semestre 2013	2º Semestre 2012	2º Semestre 2013	2º Semestre 2012	2º Semestre 2013	2º Semestre 2012
Fluxos de caixa provenientes das operações	(37.925)	(512.076)	(1.987.773)	(512.076)	(1.987.773)	(1.987.773)
Prejuízo do período	(37.925)	(512.076)	(1.987.773)	(512.076)	(1.987.773)	(1.987.773)
Ajustes ao Prejuízo:	610.391	2.648.630	2.842.866	2.842.866	5.834.472	5.834.472
Depreciações e amortizações (Nota 31)	9.321	15.663	10.974	33.499	29.444	29.444
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 15a)	(358.304)	(2.380)	2.362.112	(109.104)	(70.381)	(70.381)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 10e)	1.062.413	1.511.754	561.051	4.382.983	5.422.915	5.422.915
Provisão para perdas com investimentos e ativos intangíveis (Nota 15b)	73	9.427	757	3.885	3.753	3.753
Provisão para passivos contingentes / Obrigações legais (Nota 38b)	(635.581)	(613.078)	229.049	(3.181.709)	1.028.237	1.028.237
Ajuste a mercado reconhecido no resultado Resultado não operacional	(128.643)	(308.951)	(513.340)	1.713.248	(569.979)	(569.979)
Variações patrimoniais	16	(2.044)	(1.973)	64	(9.517)	(9.517)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.455.966	20.010.489	(1.779.751)	8.876.177		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

Gerenciamento do Capital

Segundo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Instituição adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital determinadas no documento "Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: uma Estrutura Revisada" (Basileia II), visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Conforme determinado pela Resolução nº 3.988 do CMN, a Instituição implementou estrutura de gerenciamento de Capital que contempla os itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias claramente documentadas;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração); e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Com relação ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), o Conglomerado implantou a estrutura de governança e os processos necessários previstos na Resolução nº 3.988 do CMN e na Circular nº 3.547 do BACEN, contemplando a gestão de todos os riscos relevantes e o cálculo da necessidade de Capital.

Adequação do Patrimônio de Referência

A gestão do Patrimônio é executada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Banco.

Anualmente é elaborado um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações das empresas pertencentes ao Banco, visando a avaliação da suficiência de Capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios. Mensalmente após a apuração do PR e do PRE, são divulgados, para as áreas envolvidas, relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e o Índice de Basileia.

	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio de Referência Total (PR)	11.217.685	12.110.639
Patrimônio de Referência Nível I	7.100.735	7.874.507
Patrimônio Líquido	7.140.682	8.210.437
Ativo permanente diferido	(39.947)	(37.051)
Ajustes ao valor de mercado		(298.879)
Patrimônio de Referência Nível II	4.116.950	4.236.132
Ajustes ao valor de mercado		298.879
Dívidas subordinadas elegíveis a Capital	4.116.950	4.070.748
(-) Excesso de ações preferenciais emitidas com cláusula de resgate com prazo original de vencimento inferior a 10 anos e intrumentos de dívida subordinada		(133.495)
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	8.653.596	9.310.466
Risco de crédito	8.068.579	8.720.742
Risco de mercado	184.537	294.179
Risco operacional	400.480	295.545
Excesso de Patrimônio de Referência	2.564.089	2.800.173
Índice (PR x 100)/(PRE/0,11)	14,3%	14,3%
Límite de imobilização	31/12/2013	31/12/2012
Limite para imobilização	5.608.842	6.055.319
Valor da situação para o limite de imobilização	437.088	379.211
Valor da margem ou insuficiência	5.171.754	5.676.108

O Índice de Basileia divulgado foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente. A partir de 01.10.2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de Capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. A base para a verificação dos limites operacionais também foi alterada, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 01.10.2013 até 31.12.2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 01.01.2015. Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 01.10.2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apuradas segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.444/2007 e nº 3.490/2007, respectivamente.

Em atendimento à Circular nº 4.777/2009 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no website: www.bancovotorantim.com.br/rf.

Principais práticas contábeis

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros, aplicações em moedas estrangeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor e aplicações em operações compromissadas - posição bancada cujo vencimento das operações, na data da aplicação, seja de até 90 dias.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas:

- Títulos para negociação** - Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda** - Títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São ajustados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de avaliação a mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido com a utilização de curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados "pro rata" dia com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

e. Instrumentos financeiros derivativos

Em relação às políticas e estratégias, informamos que os derivativos efetuados como "hedge" de risco de mercado são realizados para atender às demandas de clientes, bem como atender às necessidades de administrar a exposição global de risco.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado, com critérios consistentes e verificáveis, considerando o preço médio de negociação no dia da apuração, ou, na falta deste, por modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos que, classificados de acordo com a intenção da Administração, levando-se em consideração a sua finalidade, são utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- Hedge de risco de mercado** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria, bem como o item objeto de hedge, têm seus ajustes a valor de mercado registrados em contrapartida ao resultado do período; e
- Hedge de fluxo de caixa** - Os instrumentos financeiros derivativos classificados nesta categoria têm seus ajustes a valor de mercado registrados em conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; os instrumentos que não atendam aos critérios de hedge têm seus ajustes a valor de mercado registrados diretamente no resultado do período.

No momento da designação inicial do hedge, a Administração formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a eficiência do relacionamento de hedge, considerando métodos de cálculo convencionais e consagrados. A Administração deverá avaliar, tanto no início do relacionamento, como continuamente, se existe expectativa de que os instrumentos sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual é designado, e se os resultados reais estão dentro da faixa de 80-125 por cento, conforme previsto na regulamentação vigente.

Para os itens objeto que foram descontinuados da relação de hedge e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo e reconhecido pelo prazo remanescente pela nova taxa de juros efetiva.

f. Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que reza a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). Com relação ao período de atraso verificado nas operações de varejo com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, admite-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis. Nos casos em que há ações revisionais em andamento, admite-se classificação inferior ao risco observado através da inadimplência da operação, uma vez que comprovado em extrato dos bancos depositários o recebimento de valor necessário à quitação de todo ou parte do débito, em conta discriminada a favor do Conglomerado. As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 (sessenta) dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 (cento e oitenta) dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observado as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações de crédito e arrendamento mercantil, que são objetos de hedge de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito e arrendamento mercantil, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

O resultado das cessões de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, foi apurado na data da cessão, sendo reconhecido integralmente, mediante baixa dos ativos correspondentes, independentemente da retenção ou não do risco. Para a carteira de operações de crédito cedida com coobrigação, a Administração constitui provisão para perdas, registrada em Outras obrigações - Diversas.

A partir de 01 de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço da Companhia; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço da Companhia.

g. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

As operações de "Direito de usufruto de ações" foram registradas com base nos recursos pagos referente à constituição de usufruto oneroso e temporário de ações preferenciais de outras empresas, a favor do Banco Votorantim S.A., as quais conferem, dentre outros direitos e vantagens, o direito de receber dividendos, na forma prevista nos Estatutos Sociais de cada uma das empresas. Os recursos pagos são diferidos em contrapartida ao resultado conforme prazo de vigência de cada operação de usufruto, enquanto os valores oriundos dos direitos de recebimento dos dividendos são reconhecidos como receita quando da comprovação do direito.

h. Estimativas contábeis

A elaboração de Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação de ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise sobre passivos contingentes. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente ou quando houver indicio de redução do valor recuperável.

Os principais valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis por meio das estimativas estão incluídos nas seguintes Notas Explicativas:

- nº 7 - Títulos e valores mobiliários;
- nº 8 - Instrumentos financeiros derivativos;
- nº 10 - Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- nº 38 - Ativos e passivos contingentes e obrigações legais.

i. Ativo permanente

(i) Os investimentos em coligadas e controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do Patrimônio Líquido da coligada ou controlada. O investimento em participações no exterior são convertidos em moeda Real pelo critério de taxas correntes e seus efeitos são reconhecidos no resultado. Os demais investimentos permanentes são demonstrados pelo seu custo de aquisição e deduzidos de provisão para perda, quando aplicável;

(ii) O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais, de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo:

- Instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%;
- Sistemas de comunicação, segurança e transporte - 10%; e
- Sistemas de processamento de dados - 20%.

(iii) O ativo diferido é demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da respectiva amortização, composto, basicamente, por gastos em imóveis de terceiros até 30 de setembro de 2008. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado. Durante o período, não houve aquisições em decorrência da regulamentação vigente. As perdas em arrendamentos são amortizadas pelo prazo remanescente de vida útil dos bens objeto dos contratos de arrendamento e de acordo com a regulamentação vigente; e

(iv) O ativo intangível inclui os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. A amortização é calculada pelo método linear, com base no prazo que o benefício é gerado. Os intangíveis são deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

j. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - Imparidade

Ao final de cada período, o Conglomerado avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Conglomerado estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, o Conglomerado testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ações na aquisição de investimentos. Esse teste pode ser executado a qualquer momento do ano, desde que seja realizado sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Intangível
Softwares - Os softwares, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos softwares consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um software entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

k. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados (de curto e longo prazo) são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com o prazo de cada programa/benefício atribuído a cada colaborador.

Para o "Programa de incentivo de curto e longo prazo" elegíveis aos diretores e empregados do Conglomerado, é oferecida a oportunidade de investir em "ações virtuais" da Companhia. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outras obrigações diversas - Provisão para despesas de pessoal" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 37.

l. Depósitos e Captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos (em base "pro rata" dia).

m. Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquota
Tributos	
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%
(a) Alíquota aplicada às empresas financeiras. Para as empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.	
(b) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65% e da COFINS é de 7,6%.	

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 3.655/2008, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Na controlada BV Leasing é reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre os ajustes de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

n. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos contingentes** - São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- Passivos contingentes** - São reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão de divulgação; e
- Obrigações legais** - São processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade nas contas, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

o. Avas e fianças não honradas

Os avais e fianças não honradas e prestados pela Instituição, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avaliados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito a variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos balanços.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por Coobrigações a Receber, em contrapartida com Rendas de Garantias Prestadas.

Comissões recebidas antecipadamente contabiliza-se em Rendas Antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensal, segundo o regime de competência, admitindo-se a apropriação em períodos inferiores a um mês.

Observadas situações nas quais, como resultado de eventos passados, possa haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de obrigação presente ou obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da Instituição esta constitui Passivo Contingente, baseado em estimativas confiáveis da obrigação tendo sua mensuração a melhor estimativa do desempenho exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

p. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base "pro rata" dia) e a provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base "pro rata" dia).

5. Composição de caixa e equivalentes de caixa

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Disponibilidades	52.155	30.535	206.299	155.070
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(a) 3.383.200	992.887	4.842.866	1.022.431
Operações compromissadas - Posição bancada	2.413.471	462.765	3.827.684	462.765
Aplicações em depósitos interfinanceiros	843.029	109.162	874.909	125.901
Aplicações em moedas estrangeiras	126.700	420.960	140.273	433.765
Total	3.435.355	1.023.422	5.049.165	1.177.501

(a) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição em contas patrimoniais

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Operações compromissadas - Posição bancada	2.750.647	2.965.812	4.164.860	2.965.812
Letras Financeiras do Tesouro	676.724	-	676.724	-
Letras do Tesouro Nacional	1.753.377	1.239.714	3.167.590	1.239.714
Notas do Tesouro Nacional	250.390	1.701.607	250.390	1.701.607
Outras	70.156	24.491	70.156	24.491
Operações compromissadas - Posição financiada	5.199.498	10.922.487	5.199.498	10.922.487
Letras Financeiras do Tesouro	-	541.791	-	541.791
Letras do Tesouro Nacional	4.111.199	8.544.636	4.111.199	8.544.636
Notas do Tesouro Nacional	1.088.299	1.836.060	1.088.299	1.836.060
Operações compromissadas - Posição vendida	307.278	484.660	307.278	484.660
Letras do Tesouro Nacional	91.200	231.130	91.200	231.130
Notas do Tesouro Nacional	216.078	253.530	216.078	253.530
Aplicações em depósitos interfinanceiros	27.485.557	38.695.937	1.893.591	1.954.518
Aplicações em moeda estrangeira	126.700	420.960	140.273	433.765
Total	35.869.680	53.489.856	11.705.500	16.761.242

b. Composição por faixa de vencimento

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Banco	22.395.605	13.373.173	75.994	24.908	-	35.869.680
Operações compromissadas - Pos						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

b. Composição por faixa de vencimento

Por categoria
Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

Banco	Até 90 dias		De 91 a 360 dias		De 1 a 3 anos		De 3 a 5 anos		Acima de 5 anos		Total
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	
Em 31/12/2013	2.140.212	1.347.472	10.783.513	2.983.785	27.000.747	44.255.729	29.137.698	29.137.698	29.137.698	29.137.698	158.851
Títulos para negociação	158.851	93.817	4.420.260	407.877	24.057.283	44.255.729	29.137.698	29.137.698	29.137.698	29.137.698	1.981.361
Títulos disponíveis para venda	1.981.361	1.253.655	6.361.565	1.505.466	2.576.298	2.576.298	2.576.298	2.576.298	2.576.298	2.576.298	981.688
Títulos mantidos até o vencimento	—	—	—	981.688	—	—	—	—	—	—	2.996.144
Em 31/12/2012	2.996.144	3.160.038	3.313.125	8.458.750	26.365.600	44.293.657	44.293.657	44.293.657	44.293.657	44.293.657	4.332.859
Consolidado	4.332.859	5.271.925	13.538.731	3.495.838	4.649.361	31.288.714	31.288.714	31.288.714	31.288.714	31.288.714	191.420
Títulos para negociação	191.420	111.340	2.714.144	422.142	1.705.899	5.144.945	5.144.945	5.144.945	5.144.945	5.144.945	4.141.439
Títulos disponíveis para venda	4.141.439	5.160.585	6.041.304	2.675.779	2.943.462	20.962.569	20.962.569	20.962.569	20.962.569	20.962.569	28.093
Títulos mantidos até o vencimento	—	—	4.783.283	397.917	—	5.181.200	5.181.200	5.181.200	5.181.200	5.181.200	4.024.677
Em 31/12/2012	4.024.677	3.564.942	9.019.444	10.985.023	7.683.867	35.277.953	35.277.953	35.277.953	35.277.953	35.277.953	

c. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6c)	3.859.261	4.944.284	1.257.248	1.330.075
Títulos de renda fixa	3.150.585	3.918.221	2.262.584	3.025.941
Títulos no exterior	74.668	(201.508)	74.682	(201.496)
Títulos de renda variável	192.729	197.890	192.729	197.890
Aplicações em fundos de investimento	131.634	77.683	310.275	406.141
Ajustes ao valor de mercado	(64.245)	429.233	(138.478)	425.135
Outros	(114.704)	(243.886)	(115.354)	(244.127)
Total	7.229.928	9.121.917	3.843.686	4.939.559

8. Instrumentos financeiros derivativos

Para mensuração dos instrumentos financeiros derivativos, são utilizados fontes externas na determinação do valor. O valor de mercado dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA e no mercado secundário doméstico. O valor de mercado dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em fontes externas para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se, substancialmente, a operações de swaps e futuros, sendo registradas na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP e na BM&FBOVESPA.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse. Os principais riscos inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios do Conglomerado e de suas subsidiárias, são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

a. Composição em contas patrimoniais

Ativo	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Diferencial a receber de swap	1.114.993	2.643.847	847.131	1.576.205
Contratos de termo de moeda	39.493	41.095	39.493	41.095
Compra de opções de compra - Ações	2.234	4.838	2.234	4.838
Compra de opções de venda - Ações	12.182	11.779	12.182	11.779
Compra de opções de compra - Ativo fin./merc.	101.177	65.247	101.177	65.247
Compra de opções de venda - Ativo fin./merc.	—	—	—	—
Derivativos de crédito	4.964	38.783	4.964	38.783
Non Deliverable Forward - NDF	1.934	13.966	1.934	13.966
Total	218.075	133.785	218.075	133.785
Passivo	1.495.052	2.953.340	1.227.190	1.885.698
Diferencial a pagar de swap	1.140.206	1.502.661	919.411	1.355.584
Contratos de termo de moeda	39.730	41.740	39.730	41.740
Venda de opções de compra - Ações	307	13.713	307	13.713
Venda de opções de venda - Ações	5.455	9.502	5.455	9.502
fin./merc.	185.808	126.695	185.808	126.695
Venda de opções de venda - Ativo fin./merc.	8.039	42.654	8.039	42.654
Box de opção - Estratégia de renda fixa	21.416.801	21.928.151	143.598	1.034.208
Derivativos de crédito	5.808	8.606	5.808	8.606
Non Deliverable Forward - NDF	54.081	62.364	54.081	62.364
Total	22.856.235	23.736.086	1.362.237	2.695.066

b. Composição dos contratos de swap por indexador

Banco	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor original	Valor de custo	Valor de mercado	Valor original	Valor de custo	Valor de mercado
Posição ativa	15.654.207	975.129	1.114.993	39.340.176	1.574.351	2.643.847
Dólar	6.879.622	183.602	199.440	2.020.798	84.086	86.057
Dólar	2.054.140	255.034	329.272	3.853.101	632.346	606.870
Euro	29.820	5.240	5.454	480.933	73.233	71.923
IGPM	513.150	105.382	121.858	789.103	119.026	220.943
IPCA	2.597.429	134.971	118.259	5.063.530	101.602	477.947
Pré-fixado	3.346.968	234.524	253.965	26.240.722	508.145	1.119.084
Commodities	954	—	31	2.492	7	324
Outros	232.124	56.376	86.714	889.497	55.906	60.699
Posição passiva	32.254.231	858.594	1.140.206	14.260.968	612.460	1.502.661
DI	23.992.974	66.834	252.077	581.991	29.214	25.170
Dólar	1.680.614	114.535	151.305	776.660	24.627	43.649
Euro	10.829	657	744	53.648	822	685
IGPM	332.000	93.350	112.176	533.300	100.161	176.646
IPCA	3.615.487	391.061	411.714	6.647.672	300.606	921.948
Pré-fixado	2.163.308	166.821	180.368	5.515.490	153.174	325.949
TR	383.832	17.656	24.553	11.903	2.217	3.288
TJLP	7.865	2.166	2.429	—	—	—
Libor	46.391	4.832	4.337	—	—	—
Commodities	—	—	—	737	8	19
Outros	20.931	682	563	139.567	1.631	5.306
Diferencial líquido	(16.600.024)	116.535	(25.213)	25.079.208	961.891	1.141.186
Consolidado	1.114.993	2.643.847	847.131	1.574.351	2.643.847	
Posição ativa	15.654.207	975.129	1.114.993	39.340.176	1.574.351	2.643.847
Dólar	6.879.622	183.602	199.440	2.020.798	84.086	86.057
Dólar	2.054.140	255.034	329.272	3.853.101	632.346	606.870
Euro	29.820	5.240	5.454	480.933	73.233	71.923
IGPM	513.150	105.382	121.858	789.103	119.026	220.943
IPCA	2.597.429	134.971	118.259	5.063.530	101.602	477.947
Pré-fixado	3.346.968	234.524	253.965	26.240.722	508.145	1.119.084
Commodities	954	—	31	2.492	7	324
Outros	232.124	56.376	86.714	889.497	55.906	60.699
Posição passiva	32.254.231	858.594	1.140.206	14.260.968	612.460	1.502.661
DI	23.992.974	66.834	252.077	581.991	29.214	25.170
Dólar	1.680.614	114.535	151.305	776.660	24.627	43.649
Euro	10.829	657	744	53.648	822	685
IGPM	332.000	93.350	112.176	533.300	100.161	176.646
IPCA	3.615.487	391.061	411.714	6.647.672	300.606	921.948
Pré-fixado	2.163.308	166.821	180.368	5.515.490	153.174	325.949
TR	383.832	17.656	24.553	11.903	2.217	3.288
TJLP	7.865	2.166	2.429	—	—	—
Libor	46.391	4.832	4.337	—	—	—
Commodities	—	—	—	737	8	19
Outros	20.931	682	563	139.567	1.631	5.306
Diferencial líquido	(1.250.919)	(114.564)	(72.280)	3.520.538	580.696	220.621

c. Composição dos contratos de termo por indexador

Banco e Consolidado	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor original	Valor de custo	Valor de mercado	Valor original	Valor de custo	Valor de mercado
Posição ativa - Termo de moeda	13.232	38.931	39.493	40.894	40.894	41.095
Posição passiva - Termo de moeda	25.699	38.931	39.730	40.894	40.894	41.740
Posição comprada / titular	13.232	38.931	39.493	40.894	40.894	41.095
Posição vendida / lançadora	25.699	38.931	39.730	40.894	40.894	41.740

d. Composição dos contratos de opções por indexador

Banco e Consolidado	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor contratado	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor contratado	Valor de mercado	Valor de mercado
Posição comprada / titular	3.090.925	58.250	4.748.288	21.153	21.153	21.153
Dólar	172.000	2.234	166.000	4.838	4.838	4.838
Ações	523.432	42.927	254.567	10.131	10.131	10.131
Flexíveis	—	—	—	64.331	33.963	33.963
Outros	—	—	—	—	—	—
De venda	1.172.150	901	3.152.831	16.447	16.447	16.447
Dólar	3.928.000	—	14.600.000	15.528	15.528	15.528
Índice	439.200	12.182	660.500	11.779	11.779	11.779
Ações	—	—	—	486	7	7
Commodities	149.122	1.077	192.079	6.772	6.772	6.772
Flexíveis	53.000	2.986	10.400	29	29	29
Outros	—	—	—	—	—	—
Total	9.527.829	120.557	23.849.482	120.647	120.647	120.647
Posição vendida / lançadora	2.870.750	66.283	6.710.863	35.442	35.442	35.442
Dólar	33.400	307	518.500	13.713	13.713	13.713
Ações	1.084.596	119.525	784.956	88.800	88.800	88.800
Flexíveis	—	—	—	34.331	2.453	2.453
Outros	—	—	—	—	—	—
De venda	1.809.925	1.203	3.316.338	24.865	24.865	24.865
Dólar	3.925.500	—	14.598.000	14.039	14.039	14.039
Ações	272.002	5.455	508.100	9.502	9.502	9.502
Commodities	—	—	—	1.105	52	52
Flexíveis	291.111	6.836	306.806	3.628	3.628	3.628
Outros	—	—	—	70		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

10. Operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição das operações por modalidade e parcelas vencidas e vincendas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Adiantamentos a depositantes	80	384	80	384
Empréstimos	7.523.012	9.101.119	11.743.856	16.506.964
Títulos descontados	51.990	618	51.990	618
Financiamentos	3.498.290	4.204.442	24.332.494	29.474.770
Financiamentos à exportação	3.880.248	3.306.622	3.880.248	3.306.622
Financiamentos em moeda estrangeira	439.823	629.733	439.823	629.733
Financiamentos rurais	597.603	342.088	597.603	342.088
Financiamentos imobiliários	510.921	606.365	510.921	606.365
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	30.667	-	30.667
Operações de crédito vinculadas a cessões	-	-	10.835.636	2.982.623
Subtotal	16.501.967	18.222.038	52.392.651	53.880.834
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	889.570	890.239	889.570	890.239
Diferença de taxa de operações de câmbio	1.733	2.099	1.733	2.099
Operações de arrendamento mercantil	-	-	992.689	1.965.922
Créditos por avais e fianças honorados	612.388	94	612.388	94
Total de operações de crédito	18.005.658	19.114.470	54.889.031	56.739.188
Parcelas vencidas (a partir de 15 dias)	892.311	229.015	1.926.774	1.705.048
Parcelas vincendas	17.113.347	18.885.455	52.962.257	55.034.140
Total de parcelas	18.005.658	19.114.470	54.889.031	56.739.188

(a) Operações de crédito cedidas com retenção dos riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

b. Ajuste a valor de mercado da carteira Banco

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho/(Perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho/(Perda) não realizado
Operações de crédito	18.005.658	18.200.803	195.145	19.114.470	19.425.979	311.509
Total	18.005.658	18.200.803	195.145	19.114.470	19.425.979	311.509

	31/12/2013			31/12/2012		
	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho/(Perda) não realizado	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho/(Perda) não realizado
Operações de crédito	53.896.342	53.738.583	(157.759)	54.773.266	56.353.472	1.580.206
Operações de arrendamento mercantil	992.689	996.061	3.372	1.965.922	2.055.060	89.138
Total	54.889.031	54.734.644	(154.387)	56.739.188	58.408.532	1.669.344

c. Concentração das operações

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Dez maiores devedores	3.552.151	2.876.111	3.700.991	2.960.084
Cinquenta seguintes maiores devedores	4.353.391	3.924.805	4.431.050	4.018.461
Cem seguintes maiores devedores	2.896.663	2.999.484	2.939.859	3.056.467
Demais clientes	7.203.453	9.314.070	43.817.131	46.704.176
Total	18.005.658	19.114.070	54.889.031	56.739.188

d. Composição das operações por setor de atividade econômica

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Pessoas jurídicas	17.932.576	18.793.614	19.164.842	20.398.260
Setor público estadual	-	-	-	-
Administração direta	469.757	-	469.757	-
Setor público municipal	-	-	-	-
Serviços	-	26.253	-	26.253
Setor privado	-	-	-	-
Indústria	8.926.877	9.637.522	9.032.913	9.784.025
Comércio	2.391.065	3.128.829	2.788.795	3.738.451
Rural	597.607	342.349	597.607	342.349
Serviços	5.547.270	5.658.661	6.275.770	6.507.182
Pessoas físicas	73.082	320.856	35.724.189	36.340.928
Total	18.005.658	19.114.470	54.889.031	56.739.188

e. Composição das operações e da provisão para créditos de liquidação duvidosa nos correspondentes níveis de risco e tipo de carteira

	31/12/2013				31/12/2012			
	% Provisão mínima requerida	Curso normal	Operações vencidas	Total das operações	Provisão Existente	Total das operações	Provisão Existente	
AA	-	3.783.967	-	3.783.967	-	7.300.727	-	
A	0,5	7.079.629	-	7.079.629	35.398	5.580.945	27.904	
B	1	3.527.758	7.734	3.535.492	35.355	3.555.178	35.552	
C	3	768.442	12.619	781.061	23.432	1.100.902	33.027	
D	10	656.453	51.506	707.959	85.629	544.343	67.642	
E	30	147.233	17.438	164.671	49.401	483.969	178.388	
F	50	263.187	50.281	313.468	158.171	57.995	28.998	
G	70	383.132	608.605	991.737	694.216	39.893	27.925	
H	100	242.869	404.805	647.674	647.674	450.518	450.518	
Total		16.852.670	1.152.988	18.005.658	1.729.276	19.114.470	849.954	
Percentual sobre carteira					9,60%		4,45%	

	31/12/2013				31/12/2012			
	% Provisão mínima requerida	Curso normal	Operações vencidas	Total das operações	Provisão Existente	Total das operações	Provisão Existente	
AA	-	4.637.672	-	4.637.672	-	7.855.126	-	
A	0,5	27.138.786	-	27.138.786	135.694	30.060.274	150.301	
B	1	8.209.531	988.439	9.197.970	91.980	7.955.252	79.553	
C	3	6.278.183	1.272.803	7.550.986	226.530	4.795.935	143.877	
D	10	813.643	602.752	1.416.215	156.472	1.371.149	150.322	
E	30	249.280	432.440	681.720	204.516	1.014.193	337.456	
F	50	319.661	360.857	680.518	341.696	477.168	238.584	
G	70	427.547	882.973	1.310.520	917.364	536.015	375.211	
H	100	305.114	1.969.350	2.274.464	2.274.464	2.674.076	2.674.076	
Total		48.379.417	6.509.614	54.889.031	4.348.716	56.739.188	4.149.380	
Percentual sobre carteira					7,92%		7,31%	

	31/12/2013				31/12/2012			
	% Provisão mínima requerida	Curso normal	Operações vencidas	Total das operações	Provisão Existente	Total das operações	Provisão Existente	
AA	-	4.637.672	-	4.637.672	-	7.855.126	-	
A	0,5	27.138.786	-	27.138.786	135.694	30.060.274	150.301	
B	1	8.209.531	988.439	9.197.970	91.980	7.955.252	79.553	
C	3	6.278.183	1.272.803	7.550.986	226.530	4.795.935	143.877	
D	10	813.643	602.752	1.416.215	156.472	1.371.149	150.322	
E	30	249.280	432.440	681.720	204.516	1.014.193	337.456	
F	50	319.661	360.857	680.518	341.696	477.168	238.584	
G	70	427.547	882.973	1.310.520	917.364	536.015	375.211	
H	100	305.114	1.969.350	2.274.464	2.274.464	2.674.076	2.674.076	
Total		48.379.417	6.509.614	54.889.031	4.348.716	56.739.188	4.149.380	
Percentual sobre carteira					7,92%		7,31%	

	31/12/2013				31/12/2012			
	% Provisão mínima requerida	Curso normal	Operações vencidas	Total das operações	Provisão Existente	Total das operações	Provisão Existente	
AA	-	4.637.672	-	4.637.672	-	7.855.126	-	
A	0,5	27.138.786	-	27.138.786	135.694	30.060.274	150.301	
B	1	8.209.531	988.439	9.197.970	91.980	7.955.252	79.553	
C	3	6.278.183	1.272.803	7.550.986	226.530	4.795.935	143.877	
D	10	813.643	602.752	1.416.215	156.472	1.371.149	150.322	
E	30	249.280	432.440	681.720	204.516	1.014.193	337.456	
F	50	319.661	360.857	680.518	341.696	477.168	238.584	
G	70	427.547	882.973	1.310.520	917.364	536.015	375.211	
H	100	305.114	1.969.350	2.274.464	2.274.464	2.674.076	2.674.076	
Total		48.379.417	6.509.614	54.889.031	4.348.716	56.739.188	4.149.380	
Percentual sobre carteira					7,92%		7,31%	

(a) Refere-se basicamente à provisão para créditos de liquidação duvidosa de avais e fianças.

f. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no período

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Saldo inicial	849.954	652.592	4.149.380	3.206.327
Constituições/(Reversões)	1.511.754	561.051	4.454.293	5.422.915
Baixas para prejuízo	(632.432)	(363.689)	(4.254.957)	(4.479.862)
Saldo final	1.729.276	849.954	4.348.716	4.149.380

g. Informações sobre cessões de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Conglomerado apurou despesas de liquidação antecipada reconhecidas integralmente em contas de resultado de R\$ 265.380 (R\$ 393.834 em 2012), e receita com a reversão de provisão para perdas de R\$ 98.291 (R\$ 60.704 em 2012), referente às cessões realizadas até 31 de dezembro de 2011. Foi constituída provisão para perdas com créditos cedidos no montante de R\$ 181.215 (R\$ 314.808 em 2012), registrados na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

Saldo das cobranças com cessões de crédito

	31/12/2013	31/12/2012
Instituições financeiras - Partes relacionadas	4.709.154	9.852.888
Outras instituições financeiras	105.211	329.760
Total	4.814.365	10.182.648

h. Informações sobre cessões de crédito realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios, para partes relacionadas e fundos de investimento em direitos creditórios, dos quais o Banco Votorantim e a BV Financeira (através de aplicações em cotas de fundos de investimento multimercado) detém 100% das cotas subordinadas, demonstrados abaixo:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida
BV Financeira FIDC II	45.733	46.951	-	-
BV Financeira FIDC V	674	674	-	-
BV Financeira FIDC VI	791.755	867.593	-	-
Instituições financeiras - Partes relacionadas	9.997.475	11.883.243	-	-
Total	10.835.637	12.798.461	-	-

Na controlada BV Financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as receitas do ativo objeto de venda ou transferência totalizaram R\$ 1.800.703 (R\$ 108.244 em 2012) e as despesas com obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 1.624.881 (R\$ 69.786 em 2012).

Na controlada BV Financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi realizada venda de operações de crédito vencidos (com atraso maior que 360 dias) no montante de R\$ 3.397.532 (R\$ 97.944 em 2012), sem retenção substancial dos riscos e benefícios. Pela venda foi recebido R\$ 91.505 (R\$ 8.686 em 2012) reconhecido no resultado do período na rubrica de "Receita de operações de crédito - Recuperação de créditos baixados".

O Banco não adotou a opção prevista na Resolução nº 4.036/2011 sobre o tratamento das perdas de liquidações antecipadas, reconhecendo as perdas integralmente no momento em que elas ocorrem.

i. Composição por faixa de vencimento

	31/12/2013						31/12/2012					
	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Banco	2.078.603	4.955.199	5.534.644	1.852.939	1.854.997	16.276.382	2.931.578	5.518.244	5.738.719	1.907.499	1.909.618	18.005.658
Em 31/12/2013	(852.975)	(563.045)	(204.075)									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

18. Diferido

Banco

Gastos em imóveis de terceiros	35.152	(10.775)	24.377	27.028
Total	35.152	(10.775)	24.377	27.028

Consolidado

Gastos em imóveis de terceiros	40.158	(15.472)	24.686	27.103
Gastos aquis. desenv. de logiciáls	1.609	(1.552)	57	74
Total	41.767	(17.024)	24.743	27.177

Saldo inicial

Incorporação

Baixas

Varição cambial

Amortização

Saldo final

31/12/2013			31/12/2012	
Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
35.152	(10.775)	24.377	27.028	
35.152	(10.775)	24.377	27.028	
31/12/2013			31/12/2012	
Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
40.158	(15.472)	24.686	27.103	
1.609	(1.552)	57	74	
41.767	(17.024)	24.743	27.177	
Banco		Consolidado		
01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	
27.028	29.661	27.177	30.572	
(a)	-	319	-	
(77)	(214)	(87)	(214)	
78	-	88	-	
(2.652)	(2.419)	(2.754)	(3.181)	
24.377	27.028	24.743	27.177	

c. Composição das obrigações por repasses

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Repasses no País - Tesouro Nacional				
Pré-fixado	115.965	126.555	115.965	126.555
Pós-fixado	10.771	32.727	10.771	32.727
Repasses no País - BNDES				
Pré-fixado	846.505	979.359	846.505	979.359
Pós-fixado	1.633.818	1.864.653	1.633.818	1.864.653
Com variação cambial	84.760	113.266	84.760	113.266
Repasses no País - FINAME				
Pré-fixado	1.657.998	1.605.545	1.666.297	1.620.421
Pós-fixado	230.883	388.312	230.883	388.312
Com variação cambial	615	-	615	-
Total	4.581.315	5.110.417	4.589.614	5.125.293
(a)				
(b)				
(c)				
(d)				
(e)				
(f)				
(g)				
(h)				

(a) Taxa de atualização em 2013: 5,50% a.a.
(b) Taxa de atualização em 2013: Selic.
(c) Taxa de atualização em 2013: de 0,80% a.a. a 7,00% a.a.
(d) Taxa de atualização em 2013: de 7,02% a.a. a 9,91% a.a. + IPCA/de 0,50% a.a. a 4,50% a.a. + TJLP/2,5% a.a. + Selic.
(e) Taxa de atualização em 2013: de 1,30% a.a. a 3,00% a.a. + variação cambial.
(f) Taxa de atualização em 2013: 0,30% a.a. a 8,30% a.a.
(g) Taxa de atualização em 2013: de 0,50% a.a. a 5,50% a.a. + TJLP.
(h) Taxa de atualização em 2013: de 0,90% a.a. a 1,40% a.a. + variação cambial.

d. Composição dos repasses por prazo de exigibilidade

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Banco						
Em 31/12/2013	489.497	1.132.766	1.677.265	627.840	653.947	4.581.315
Repasses no País - Tesouro Nacional	46.154	78.582	2.000	-	-	126.736
Repasses no País - BNDES	258.526	604.365	971.289	303.076	427.827	2.565.083
Repasses no País - FINAME	184.817	449.819	703.976	324.764	226.120	1.889.496
Em 31/12/2012	461.838	1.625.680	1.764.193	596.998	661.708	5.110.417
Consolidado						
Em 31/12/2013	489.590	1.133.735	1.684.502	627.840	653.947	4.589.614
Repasses no País - Tesouro Nacional	46.154	78.582	2.000	-	-	126.736
Repasses no País - BNDES	258.526	604.365	971.289	303.076	427.827	2.565.083
Repasses no País - FINAME	184.910	450.788	711.213	324.764	226.120	1.897.795
Em 31/12/2012	462.103	1.626.834	1.774.079	600.569	661.708	5.125.293

e. Despesas de operações de empréstimos e repasses

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Empréstimos no País	(785)	(1.321)	(785)	(1.321)
Empréstimos no exterior	(386.106)	(600.874)	(386.106)	(600.874)
Repasses Tesouro Nacional	(8.278)	(7.615)	(8.278)	(7.615)
Repasses BNDES	(182.653)	(214.682)	(182.653)	(214.682)
Repasses FINAME	(70.232)	(106.579)	(71.148)	(107.881)
Obrigações com banqueiros no exterior	(199.958)	(123.895)	(199.958)	(123.895)
Ajustes ao valor de mercado	19.849	(38.181)	19.849	(38.181)
Varição cambial	118.055	286.675	118.055	286.675
Total	(710.108)	(806.472)	(711.024)	(807.774)

23. Outras obrigações - Sociais e estatutárias

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para participação nos Lucros e Resultados	186.332	128.309	346.946	213.367
Total	186.332	128.309	346.946	213.367

24. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

a. Composição em contas patrimoniais

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	208.301	253.995	371.404
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	716	557	4.628	4.045
Impostos e contribuições sobre salários	4.998	6.559	8.285	8.464
Impostos e contribuições sobre aplicações financeiras	15.394	22.137	15.401	22.230
PIS	760	3.224	4.157	7.458
COFINS	4.677	12.299	25.584	35.695
ISS	1.269	2.014	4.603	5.323
Provisão para riscos fiscais (Nota 38)	(a)	194.029	810.648	573.904
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 35d)	86.961	116.859	763.575	1.268.473
Outros impostos e contribuições	9	4	14	14
Total	308.813	1.180.702	1.654.146	3.811.695
Passivo circulante	29.882	1.088.971	649.269	2.410.931
Passivo exigível a longo prazo	279.831	91.731	1.004.877	1.400.764

(a) Em 2013 foi publicada a Lei 12.865, de 09 de outubro, dispondo, entre outros assuntos, que os débitos para com a Fazenda Nacional relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras e vencidos até 31 de dezembro de 2012, poderão: i) ser pagos à vista com redução de cem por cento das multas de mora e de ofício, de cem por cento das multas isoladas, de cem por cento dos juros de mora e de cem por cento sobre o valor do encargo legal; ou ii) parcelados em até 60 (sessenta) prestações, sendo 20% (vinte por cento) de entrada e o restante em parcelas mensais, com redução de 80% (oitenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 20% (dois por cento) das multas isoladas, de 40% (quarenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal. Após análise detalhada da referida legislação, considerando que algumas empresas integrantes do Conglomerado discutiam judicialmente o alargamento da base de cálculo da COFINS conforme disposto na Lei 9.718/98, optou-se pela adesão com a possibilidade de pagamento prevista na Lei 12.865 e respectiva decisão da referida discussão judicial. O resultado da adesão aos programas foi registrado em "Outras Receitas Operacionais" (Nota 32).

b. Despesas tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
ISS	(13.950)	(15.087)	(50.999)	(48.360)
PIS	(7.279)	(11.610)	(46.626)	(45.029)
COFINS	(43.306)	(71.445)	(290.328)	(277.101)
Tributos federais	(1.230)	(202)	(25.447)	(4.778)
Tributos estaduais	(18)	(29)	(32)	(34)
Tributos municipais	(1.663)	(1.965)	(4.192)	(5.232)
Tributos no exterior	(70)	(40)	(257)	(421)
Atualização de passivos fiscais	3.825	(32.290)	(21.197)	(92.598)
Outras	(29.664)	(116)	(70.765)	(3.965)
Total	(93.355)	(132.784)	(509.843)	(477.518)

25. Outras obrigações - Dívidas subordinadas

a. Composição em contas patrimoniais

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Captações				
Certificado de Depósitos Bancários				
Pós-fixado				
de 1,64% a 1,67% a.a. + CDI	08/2009	12/2014	2.018.513	1.837.189
de 7,86% a 8,00% a.a. + IPCA	08/2009	08/2014	124.467	325.383
Nota Subordinada				
Com variação cambial	01/2013	01/2020	2.962.359	2.692.109
Letras Financeiras Subordinadas				
Pós-fixado				
de 1,30% a 1,94% a.a. + CDI/	11/2010	10/2017	1.492.804	1.486.180
de 115,00% a 119,00% do DI	05/2011	10/2017	237.776	237.658
de 6,71% a 7,70% a.a. + IGPM	05/2011	11/2023	522.294	412.692
de 7,00% a 8,10% a.a. + IPCA	-	-	7.358.213	6.991.211
Total	-	-	7.358.213	6.991.211

b. Composição por prazo de exigibilidade

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Banco e Consolidado						
Em 31/12/2013	2.142.980	549.935	1.615.675	3.049.623	7.358.213	7.358.213
Certificado de Depósitos Bancários	-	-	-	-	-	2.142.980
Nota Subordinada	-	-	-	-	-	2.962.359
Letras Financeiras Subordinadas	-	-	549.935	1.615.675	87.264	2.252.874
Em 31/12/2012	216.490	-	1.946.082	2.108.452	2.720.187	6.991.211

26. Outras obrigações - Diversas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisão para despesas de pessoal	131.535	57.256	219.953	195.099
Provisão para despesas administrativas	37.612	15.139	194.506	96.979
Provisão para passivos contingentes (Nota 38)	44.564	38.862	1.078.953	802.816
Provisão para perdas - Franças não honradas	50.193	-	50.193	-
Valores a repassar aoscessionários	-	-	32.793	157.824
Provisão para perdas com créditos cedidos	-	-	9.394	314.808
RNR - Site Meu Carro Novo	-	-	14.703	-
Transações de cartão de crédito	-	-	548.217	381.209
Liquidações de títulos no exterior	2.090	3.184	2.599	3.428
Operações de crédito e arrendamentos a liberar	-	-	10.444	36.370
Ajuste a mercado op. de crédito e arrendamento	-	-	66.645	-
Obrigações de operações vinculadas a cessões	(a)		12.798.461	3.509.446
Outras	(b)	10.956	54.552	223.652
Total	276.950	178.387	15.422.334	5.860.529
Passivo circulante	233.567	178.215	8.014.775	3.755.575
Passivo exigível a longo prazo	43.383	172	7.407.559	2.104.954

(a) Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012, conforme regulamentação vigente.
(b) Refere-se, basicamente, aos valores a processar oriundos do fluxo operacional da carteira de operações de crédito e de arrendamento mercantil.

27. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O Capital Social é representado por 105.391.472.816 ações, sendo 86.229.386.840 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 19.162.085.976 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de junho de 2012, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social no montante de R\$ 2.000.000, mediante a emissão de 22.410.553.662 novas ações, totalmente subscritas e integralizadas. O aumento de Capital foi homologado pelo BACEN em 29 de junho de 2012.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2013, foi deliberado e aprovado o aumento do Capital Social no montante de R\$ 98.920, mediante a emissão de 1.442.096.204 novas ações, sendo 1.179.896.894 ações ordinárias e 262.199.310 ações preferenciais, sem valor nominal.

b. Reserva de Lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva para expansão

Para cumprimento das exigências estabelecidas na legislação societária e regras do BACEN, no encerramento do período, a Administração propõe que a parcela do lucro não distribuído, caso exista, seja destinado para "Reserva para expansão". O saldo de reserva está à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c. Ajustes de valor patrimonial reconhecidos no Patrimônio Líquido no período

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Saldo inicial				
Títulos disponíveis para venda				
Banco Votorantim S.A.	-	-	(586.062)	306.424
Controladas	(a)		(483.714)	236.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

30. Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Honorários	(9.793)	(11.072)	(14.884)	(18.592)
Benefícios	(40.286)	(46.841)	(130.697)	(146.657)
Encargos sociais	(74.244)	(73.747)	(179.448)	(185.533)
Proventos	(277.364)	(222.147)	(684.203)	(621.889)
Treinamentos	(1.301)	(3.963)	(2.191)	(5.465)
Total	(402.963)	(357.770)	(1.011.423)	(978.136)

31. Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Água, energia e gás	(2.305)	(2.165)	(4.752)	(5.105)
Aluguéis	(39.616)	(39.644)	(110.025)	(135.532)
Comunicações	(8.644)	(9.341)	(64.380)	(80.454)
Manutenção e conservação de bens	(4.477)	(4.556)	(24.614)	(14.201)
Material	(450)	(625)	(1.916)	(2.409)
Processamento de dados	(59.885)	(52.304)	(179.518)	(169.318)
Promoções e relações públicas	(2.352)	(3.287)	(4.510)	(5.610)
Propaganda e publicidade	(191)	(286)	(2.490)	(3.211)
Publicações	(469)	(588)	(936)	(1.174)
Seguros	(752)	(1.424)	(12.067)	(13.354)
Serviços do sistema financeiro	(32.217)	(36.024)	(144.971)	(189.724)
Serviços de terceiros	(4.428)	(4.010)	(19.127)	(13.360)
Vigilância e segurança	(1.091)	(1.035)	(3.521)	(3.553)
Serviços técnicos especializados	(71.452)	(68.412)	(505.515)	(491.776)
Transportes	(3.999)	(4.460)	(15.372)	(15.963)
Viagens	(5.412)	(5.183)	(12.085)	(10.467)
Emolumentos judiciais e cartorários	(6.923)	(7.616)	(218.067)	(263.394)
Amortização	(7.304)	(2.724)	(13.278)	(8.134)
Depreciação	(8.359)	(8.250)	(20.221)	(21.309)
Outras	(15.720)	(8.134)	(124.621)	(123.685)
Total	(276.046)	(260.068)	(1.481.746)	(1.571.545)

32. Outras receitas operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Recuperação de encargos e despesas	-	-	785	426
Varição cambial de invest. no exterior	104.642	59.656	114.938	65.471
Reversão de provisão de passivos contingentes	192.576	141	384.867	9.430
Correção monetária de depósito judicial	7.062	10.529	29.738	30.575
Varição monetária ativa	3.845	12.550	10.341	33.310
Ressarcimento de custos associados	-	-	10.519	20.135
Desconto de juros COFINS	-	-	152	-
Reversão de provisões trabalhistas	-	-	4.251	-
Outras	14.373	91.792	37.159	91.931
Total	322.498	174.668	592.750	251.378

(a) Refere-se, basicamente, ao efeito líquido pela adesão ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários (Nota 24a) no valor de R\$ 377.745 (Consolidado) e R\$ 188.658 (Banco).

33. Outras despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Custos associados a produção	(3.212)	(3.444)	(3.212)	(3.444)
Provisão para passivos contingentes	(12.005)	(26.913)	(154.930)	(482.878)
Indenizações civis	-	-	(201.187)	(217.373)
Recuperação de encargos e despesas	-	10	-	10
Depósitos judiciais	(8)	(708)	(44)	(5.521)
Provisão para perdas - Fianças não honradas	(50.193)	-	(50.193)	-
Despesas de juros COFINS	(385)	-	(549)	-
Outras	(20.282)	(14.457)	(93.137)	(64.304)
Total	(86.085)	(45.512)	(503.252)	(773.510)

34. Resultado não operacional

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Receitas não operacionais	4.998	2.529	7.159	9.518
Investimentos por incentivos fiscais	4.005	1.626	9.038	6.342
Outros	993	903	(16.197)	3.176
Despesas não operacionais	(17.779)	(1.477)	(29.446)	(149.007)
Alienação de valores e bens	(1.521)	(264)	(32.672)	(147.244)
Perdas de investimentos por incentivos fiscais	(5.373)	(758)	3.226	(1.763)
Outros	(10.885)	(455)	-	-
Total	(12.781)	1.052	(36.605)	(139.489)

35. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Demonstração das despesas de IR e CSLL

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Valores correntes	67.655	(376.006)	(231.766)	(837.460)
IR e CSLL no País - Corrente	-	(208.301)	(253.993)	(371.402)
IR e CSLL no País - Retenções anteriores	67.655	(167.705)	2.227	(486.000)
Passivo fiscal diferido	29.900	(51.506)	416.721	(158.009)
MTM - TVM / Derivativos / Operações de crédito e arrendamento mercantil	29.900	(51.506)	351.260	(277.232)
Superveniência de depreciação	-	-	282.616	170.318
Compensação de superveniência de depreciação	-	-	(217.155)	(51.095)
Ativo fiscal diferido	624.342	432.922	771.234	2.611.104
Prejuízos fiscais	36.870	(56.793)	(58.458)	(99.577)
Bases negativas de CSLL	24.777	(33.166)	26.859	39.720
Superveniência de depreciação	-	-	217.155	39.720
MTM - TVM / Derivativos / Operações de crédito e arrendamento mercantil	(32.758)	128.249	(246.194)	432.611
Provisão créditos liquidação duvidosa - Carteira própria / Carteira cedida	484.260	156.436	611.136	1.490.103
Provisão para perdas - Fianças não honradas	48.602	-	48.602	-
Provisões para contingências fiscais / cíveis / trabalhistas	(7.899)	180.804	47.240	656.571
Provisões para participações nos Lucros e Resultados e Programa de longo prazo	30.923	51.323	72.841	77.346
Provisões para pagamento de honorários	4.287	2.043	23.090	15.615
Outras provisões	35.480	4.026	28.963	32.456
Total das despesas	721.897	5.410	956.189	1.615.635

b. Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2012
Resultado antes dos tributos e participações	(1.120.144)	(1.796.724)	(1.223.046)	(3.240.569)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	4.998	2.529	7.159	9.518
Encargo total do IR (aliquota de 25%) e CSLL (aliquota de 15%)	448.058	718.688	489.218	1.283.826
Encargos sobre receitas não tributáveis	439.225	184.860	369.609	455.185
Encargos sobre despesas não dedutíveis	(204.979)	(1.022.078)	(37.616)	(359.444)
Encargos sobre juros de TVM não tributáveis	8.906	43.189	9.427	44.225
Encargos sobre lucros no exterior	-	(1.794)	72.089	15.907
Encargos sobre participações dos empregados nos Lucros e Resultados	45.532	78.584	98.089	157.533
Incentivos fiscais (PAT, cultura e outros)	-	4.458	6.195	6.249
Outros valores	(14.845)	(497)	(52.822)	12.154

c. Ativo fiscal diferido (Crédito tributário)

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Total dos créditos tributários ativados	1.854.251	1.009.696	6.544.564	5.398.487
Prejuízos fiscais - no País	66.574	18.986	697.839	745.578
Bases negativas de CSLL - no País	34.595	3.589	37.201	3.914
Créditos tributários no exterior	121.286	138.433	121.286	138.433
Compensação de superveniência de depreciação	-	-	-	(217.155)
MTM - TVM / Derivativos / Operações de crédito e arrendamento mercantil	269.674	82.219	524.039	444.711
Provisão para créditos liquidação duvidosa - Carteira própria / Carteira cedida	925.104	440.843	3.744.333	3.133.192
Provisão para perdas - Fianças não honradas	48.601	-	48.601	-
Provisões para contingências e Obrigação legal	260.163	268.061	1.109.154	1.014.093
Provisões de participações nos Lucros e Resultados e Programa de longo prazo	82.248	51.323	150.190	77.346
Provisões para pagamento de honorários	6.330	2.043	39.297	15.615
Outras provisões	39.676	4.199	72.624	42.760

Em 31 de dezembro de 2013, não foram constituídos créditos tributários sobre Base negativa e Prejuízo fiscal no montante de R\$ 2.611 (R\$ 2.253 em 2012), os quais serão registrados quando atenderem aos aspectos regulatórios e apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com estudo técnico de realização do crédito tributário elaborados pela Administração.

d. Obrigações fiscais diferidas

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Superveniência de depreciação	-	-	441.236	723.850
Compensação da superveniência de depreciação	-	-	-	(217.155)
MTM - TVM / Derivativos / Operações de crédito e arrendamento mercantil	86.148	114.333	321.526	759.251
Operações com derivativos - Regime de caixa	813	2.526	813	2.526
Total	86.961	116.859	766.575	1.268.472

e. Expectativa de realização do crédito tributário

	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Em 2014	254.160	229.747	1.111.092	1.004.369
Em 2015	964.007	774.063	2.272.924	1.825.076
Em 2016	156.533	110.627	896.571	633.639
Em 2017	157.264	97.901	830.527	517.027
Em 2018	206.785	113.457	878.036	481.753
A partir de 2018	115.502	49.278	555.414	174.616
Total	1.854.251	1.375.073	6.544.564	4.636.474

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, observou-se a realização de créditos tributários no montante de R\$ 342.400, correspondente a 48% (530% em 2012) da respectiva projeção de utilização para o período de 2013, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2012.

f. Realização e valores nominais de créditos

	Banco		Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (a)	Diferenças Intemporais (b)	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar (a)	Diferenças Intemporais (b)
Em 2014	-	14%	14%	17%
Em 2015	-	55%	6%	38%
Em 2016	4%	9%	3%	15%
Em 2017	54%	6%	10%	13%
Em 2018	42%	9%	8%	14%
A partir de 2018	-	7%	59%	3%

(a) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes. O crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa contempla também o resultado negativo auferido por subsidiária no exterior;

(b) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

36. Partes relacionadas

a. Sumário das transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil, e o Conglomerado Industrial Votorantim, sendo as principais Votorantim Finanças S.A. e Votorantim Industrial S.A.

	Banco		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo / (Passivo)				
Disponibilidades				
Banco do Brasil S.A. e controladas	-	-	69.829	34.691
Aplicações interfinanceiras de liquidez				
BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	25.623.846	36.758.158
Títulos e valores mobiliários				
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	24.898.636	23.042.927
Instrumentos financeiros derivativos				
Banco do Brasil S.A. e controladas	-	-	3.015	-
Votorantim Finanças S.A. e controladas	-	-	9.027	6.264
BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	-	-	265.319	1.063.919
Votorantim C.T.V.M. Ltda.	-	-	2.543	3.723
Cessões de crédito (líquido da PDD)				
Banco do Brasil S.A. e controladas	-	-	(16.592.397)	(14.706.629)
BV Financeira FIDC II	-	-	(46.951)	(136.952)
BV Financeira FIDC III	-	-	-	(56.365)
BV Financeira FIDC IV	-	-	-	(7.505)
BV Financeira FIDC V	-	-	(674)	(8.339)
BV Financeira FIDC VI	-	-	(867.593)	(1.043.269)
Carteira de câmbio - Posição ativa				
Banco do Brasil S.A. e controladas	-	-	5.369	919.305
Outros créditos				
Votorantim Finanças S.A. e controladas	-	-	3	6

A DIRETORIA
William de Almeida
 Contador - 1SP207772/O-9

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SEGUNDO SEMESTRE DE 2013
Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário, disciplinado pela Resolução CMN nº 3.198/2004, Estatuto Social do Banco Votorantim S.A. e pelo seu Regimento Interno, disponíveis para consulta no site <http://www.bancovotorantim.com.br/ri>.

É órgão de assessoramento do Conselho de Administração, atua em caráter permanente e com independência. É constituído por cinco membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo três Diretores da Sociedade, observada a regulamentação do Banco Central do Brasil, um membro independente indicado pelo Acionista Votorantim Finanças S.A., e um membro independente indicado pelo Acionista Banco do Brasil S.A., podendo a parte que os indicou destituí-los a qualquer tempo.

O Banco Votorantim S.A. optou, conforme faculta o artigo 11 da Resolução 3.198, pela constituição de Comitê de Auditoria único para o Banco Múltiplo e para as sociedades controladas BV Financeira S.A. Crédito Financiamento e Investimento, Votorantim Asset DTVM LTDA, Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.. Em conformidade com o Estatuto Social do Banco Votorantim S.A. e seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria tem como atribuições principais, além de outras previstas na legislação ou designadas pelo Conselho de Administração, avaliar a efetividade do sistema de controles internos, revisar, previamente à publicação, e manifestar-se quanto à qualidade das demonstrações contábeis, avaliar a efetividade das auditorias interna e independente, exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pelo Banco Votorantim S.A. que aderiram ao Comitê de Auditoria único.

As administrações do Banco Votorantim S.A. e de suas sociedades controladas são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna tem como missão prover os acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos,

a adequação dos controles e cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela prestação dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis, a quem cabe opinar sobre a sua adequação em relação à posição financeira e patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos no contexto dos trabalhos de auditoria sobre as demonstrações contábeis, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades exercidas no período

No intuito de cumprir suas atribuições e em atendimento ao previsto em seu Plano Anual de Trabalho, para o período iniciado em 22 de março de 2013, aprovado pelo Conselho de Administração em 04 de abril de 2013, o Comitê de Auditoria realizou 64 reuniões no segundo semestre, totalizando 109 no período, consideradas as reuniões ordinárias e aquelas realizadas com os representantes da alta direção, com as auditorias interna e externa, órgãos externos de fiscalização e com os principais responsáveis pelas áreas de negócios e controles. Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados a controles internos, contabilidade e tributos, *front-office*, *back-office*, *compliance*, contingências judiciais e administrativas, segurança da informação, tecnologia da informação, gestão de riscos, recomendações de auditoria interna e externa e órgãos externos de fiscalização.

Nas reuniões com a auditoria interna, verificou os trabalhos desenvolvidos no período, as principais constatações, recomendações e apreciou seu planejamento para 2014. Com a auditoria externa acompanhou e verificou os trabalhos do período.

O Comitê examinou o processo de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, os principais Ativos, Passivos, Patrimônio Líquido, Resultado e Notas Explicativas no padrão BRGAAP, as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do parecer

emitido pela auditoria externa. Nas situações em que identificou oportunidade de melhoria, sugeriu aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades que desenvolveu no período e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- não foram identificados, no período, fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o Sistema de Controles Internos não é efetivo. O Comitê continuará monitorando as ações de correções de fragilidades, de melhorias e evolução do Sistema de Controles Internos;
- a Auditoria Interna desempenha suas funções de forma efetiva e independente, é adequada à estrutura e complexidade da Instituição e responde apropriadamente às demandas do Comitê;
- a Auditoria Externa - KPMG Auditores Independentes - realizou seus trabalhos com efetividade e não foram identificadas ocorrências que comprometessem a sua independência; e
- as demonstrações contábeis do segundo semestre de 2013 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no País e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. e suas controladas.

São Paulo-SP, 11 de fevereiro de 2014

José Danúbio Roza
 Coordenador

Pedro Paulo Mollo Neto
 Membro

Alvaro Jorge Fontes de Azevedo
 Membro

Ricardo Abraão Fajnzylber
 Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do Banco Votorantim S.A.
 São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Votorantim S.A. ("Instituição") identificadas como "Banco" e "Consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data para as demonstrações contábeis individuais e exercício findo naquela data para as demonstrações contábeis consolidadas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data para as demonstrações contábeis individuais e exercício findo naquela data para

as demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Instituição, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação está sendo efetuada de forma espontânea pela Instituição. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 05 de fevereiro de 2014


KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
 Contador CRC 1SP167455/O-0